

CIDADES TEMPORÁRIAS: BRECHAS E CONTRA-BRECHAS NA CIDADE

TEMPORARY CITIES: GAPS IN THE CITY

**Paulo Nascimento Verano
Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira**

Resumo: O objetivo deste estudo é, a partir da delimitação de um espaço central de São Paulo compreendido simbólica e rizomaticamente entre o Elevado Presidente João Goulart (“Minhocão”, no Centro) e o Largo da Batata (Pinheiros, Zona Oeste), investigar como se comportam determinadas ações culturais institucionais e não institucionais circunscritas nessa centralidade que promovem a conexão entre a cultura e a produção da cidade, operando numa tensão contínua entre o consenso e o dissenso e na tensão entre as noções de público e de privado na cidade, num movimento que se dá por esforços intencionais — muitas vezes por razões econômicas —, mas também pelo inesperado e pelo encontro fortuito com o simbólico nas brechas e contra-brechas da cidade. Deseja-se, com esta reflexão, contribuir para o pensamento de novos caminhos para a Política Cultural e a Ciência da Informação, em que a promoção do diálogo entre os recursos culturais da cidade e seus atores sociais se dê a partir de conexões *móveis* e muitas vezes imprevistas, que partem do que é próprio do tenso e do instável, sim, mas em busca do que é comum e que projete outros futuros em que desejo e necessidade não estejam tão apartados.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Espaço público; Política cultural; Brechas e contra-brechas; Cultura e cidade.

Abstract: The objective of this study is, from the delimitation of a central space of São Paulo understood symbolically and rhizomatically between the Elevado Presidente João Goulart (“Minhocão” in the Center) and Largo da Batata (Pinheiros, West Zone), investigate how certain institutional and non-institutional cultural actions in this centrality that promote the connection between the culture and the production of the city, operating in a continuous tension between the consensus and the dissent and in the tension between the notions of public and private in the city, In a movement that occurs by intentional efforts — often for economic reasons — but also by the unexpected and fortuitous encounter with the symbolic in the gaps of the city. With this reflection, we want to contribute to the thinking of new paths for Cultural Policies and Information Science, in which the promotion of dialogue between the city's cultural resources and its social actors is based on mobile connections and many unforeseen times, starting from what is characteristic of the tense and the unstable, but also in search of what is common and that projects other futures in which desire and need are not so far apart.

Keywords: Information Science; Public space; Cultural policies; Gaps; Culture and city.

1 Introdução

O presente trabalho foi apresentado no Seminário de Pesquisa em Ciência da Informação do PPGCI (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação), realizado nos dias 1º e 2 de junho de 2017 na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), com o título *Independentes, impermanentes e mutantes: novos*

equipamentos culturais para configurar cidades novas, título homônimo do ingresso desta pesquisa no Departamento de Ciência da Informação da ECA-USP, ocorrido em fevereiro de 2014, e, de certo modo, dá sequência aos resultados de nossa pesquisa anterior (VERANO, 2013).

Em nossa dissertação de Mestrado (VERANO, 2013), propusemos que a Política Cultural — entendida *a priori* como uma “*ciência da organização das estruturas culturais*” (TEIXEIRA COELHO, 2012, p. 313; o destaque é do autor) — que atua na contemporaneidade deve fortalecer seus vínculos com o espaço público, entendendo por *público* o que é acessível a qualquer um (HABERMAS, 2014). Considerávamos naquele trabalho, como continuamos a considerar, que a aproximação entre os equipamentos culturais e as manifestações artísticas e culturais que ocorrem na cidade é importante para religar os cidadãos aos equipamentos culturais e, também, para intensificar sua relação com o *simbólico*, ao mesmo tempo em que permite ampliar os *usos da cidade* (LEFEBVRE, 2001).

Naquela oportunidade, investigamos a aproximação que se deu, de 2008 a 2011, entre o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) e o *graffiti*, no exato momento em que o mesmo se deu com a Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, ao patrocinar a criação do Museu Aberto de Arte Urbana (MAAU), na Zona Norte da cidade. Para além dos erros e acertos das políticas culturais que resultaram dessa aproximação, estudados naquele trabalho, o fundamental que verificamos, e que nos estimulou a prosseguir na linha de investigação, é que uma Política Cultural que deseja dialogar com o que acontece nas ruas deve, “pelo caminho do *dissenso* (RANCIÈRE, 2012), abrir a cidade para que seus moradores e visitantes possam manter contato com novas experiências do sensível, que os coloquem em estado permanente de questionamento” (VERANO, 2013).

A premissa de nosso Mestrado é continuada neste trabalho: a ampliação do diálogo entre os sujeitos da cidade, *na cidade*, por meio do *simbólico* é entendida como fundamental para que alcancemos, em nossas políticas culturais, a finalidade que, de fato, nos parece justificá-la: a Política Cultural deve visar, nas palavras de Celso Furtado (2012), à “liberação das forças criativas da sociedade” (p. 41) e lutar pelo direito de essa mesma sociedade “participar da invenção do próprio futuro” (p. 53).

Continuamos a ver nesse estreitamento com a arte e a cultura que emerge das ruas uma possibilidade de realçar o que propõe Teixeira Coelho (2007), que em diversos trabalhos, mas nesse em específico acredita na “centralidade da cultura” como caminho para elevar as noções de cidadania nas pessoas, as quais — tendo as várias dimensões da vida entrelaçadas

dinamicamente com a cultura — sairiam fortalecidas ao estreitar seus vínculos com o que provém do campo do simbólico. Essa relação mais indissociável entre cultura e vida faria com que se solidificasse a ideia de uma política cultural que tivesse por finalidade proporcionar aos cidadãos a contínua reinvenção de seu modo de participação na sociedade.

É no espaço público — em sua dimensão de maior potência, de *esfera pública*, em que “aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos” (HABERMAS, 2014, p. 16) —, na conflituosa vivacidade dos domínios públicos da cidade, que se dão as disputas que costumam reconfigurar os próprios modos de se viver na cidade, e também é nele que se dão os reflexos, em direção a um ambiente mais hostil, quando as metrópoles, como é o caso de São Paulo, vão mais e mais se estruturando em *enclaves fortificados* (CALDEIRA, 2000). Por esse mesmo motivo, acreditamos no espaço público como um espaço privilegiado para catalisar os pensamentos e ações, no mais das vezes conflituosos, que gravitam em torno da cidade, os quais, no plano da arte e da cultura, muitas vezes existem além dos equipamentos culturais e, a nosso ver, cada vez mais existem independentemente dos equipamentos culturais. O que, ao nos posicionarmos como estudiosos da Ciência da Informação e formuladores de Políticas Culturais, portanto amplamente interessados na dinâmica dos equipamentos culturais, e em sua “organização” (TEIXEIRA COELHO, 2012), é um tema que acreditamos merecer atenção.

Se até o passado recente a produção e a recepção tinham papéis definidos, dos anos 1990 para cá isto foi se embaralhando em direção à *coautoria* (SANTAELLA, 2009), agudizando-se rumo à colaboração e ao compartilhamento — a uma espécie de mescla entre o produtor e o receptor, mescla esta a que o antropólogo argentino Néstor García Canclini (2010), apropriando-se do termo que havia sido cunhado no início dos anos 1980 pelo escritor norte-americano Alvin Toffler (2007), chamou de *prosumidor* (*prosumer*, “prossumidor”). Na contemporaneidade, somos cada vez mais (e ao mesmo tempo) produtores e consumidores, numa escala de interação com a própria obra (seja ela literária, musical, cinematográfica etc.) que vem alterando indústrias inteiras e redesenhando tanto o papel dos equipamentos culturais, quanto o da cidade como suporte das ações culturais empreendidas. Da arte e cultura que existem para serem exibidas/usufruídas/dialogadas em prédios, com função clara entre emissores e receptores, para ações empreendidas nas *brechas* da cidade, por artistas e outros atores culturais que podem estar à margem das ações oficiais ou que podem com elas compor, e, ainda, destas para outras que operam em *contra-brechas*, atuantes nas *brechas* das *brechas*, ou seja, sem qualquer traço de institucionalização.

E esse é o deslocamento que propomos em nosso estudo de Doutorado em relação ao Mestrado, apresentado no: se com aquele trabalho notávamos que os formuladores de políticas culturais precisam de fato se integrar criticamente às manifestações artísticas e culturais que ocorrem no espaço público se desejarem estabelecer contato com elas — trabalhamos com o *graffiti*, mas poderíamos transpor o raciocínio para outras manifestações artístico-culturais —, nossa intenção agora é propor, a partir de uma categorização fluida que perpassa **(1)** o institucional; **(2)** a mescla de institucional e não institucional (*brecha*) e **(3)** o não institucional (*contra-brecha*), que a Política Cultural olhe para a cidade de maneira mais abrangente — e ao mesmo tempo mais aprofundada —, de modo a construir vínculos mais efetivos e participar de sua reconfiguração em direção a modos de vida mais justos e inventivos, que privilegiam a *carne à pedra*, para usarmos as metáforas escolhidas por Richard Sennett (2010) para falar do corpo e da cidade.

A alteração do título do trabalho aqui apresentado, de *Independentes, impermanentes e mutantes: novos equipamentos culturais para configurar cidades novas para Cidades temporárias: brechas e contra-brechas na cidade*, acompanha o que a pesquisa em curso tem de processual e, como não poderia deixar de ser, reflete essa mobilidade própria dos percursos: mais que a mera modificação de um título, tem o propósito de, no esforço de síntese, ajudar-nos nessa aproximação das outras cidades que habitam dentro da cidade de São Paulo.

2 A região central de São Paulo como suporte

Escolhida como suporte para o trabalho, a cidade de São Paulo, e mais especificamente seu centro expandido, alterna historicamente gestões que privilegiam uma visão parcial e material da cidade (*valor de troca*, para citarmos Lefebvre [2001]), ou seja, o que é feito de pedra, com gestões que privilegiam as pessoas, ou seja, o que é feito de carne (*valor de uso*, retomando Lefebvre [2001]). De modo geral, não é diferente a orientação que se dá aos equipamentos culturais e às próprias políticas culturais por eles implementadas; ao contrário: costuma haver uma concordância nas orientações. A gestão da vez pode se preocupar mais ou menos com o que é feito de pedra ou de carne. Para Sennett (2010), aceitar o sofrimento humano significa irmos ao encontro de nossas próprias dores. Essa empatia, de reconhecer a dor do outro, se dá e deve se dar na rua. O entendimento da centralidade da dor na condição humana está ele próprio presente no centro da recuperação das cidades, o que supera o escamoteamento puro e simples dos problemas das cidades. “Recuperar cidades”, conjunção perigosa de verbo e substantivo, precisa se dar olhando-se não só para o que é

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 72-79, set. 2017.

institucional, mas também para o que está nas brechas e nas contra-brechas da cidade. Voltar nossas lentes, portanto, da pedra para a carne, ou para a carne que ocupa as fraturas da pedra, é o que pretendemos.

Acreditamos que a busca por um papel novo e mais fluido para as ações culturais, que se dê para além dos equipamentos culturais, tema fundamental aos domínios da Ciência da Informação, da Apropriação Social da Informação e da Política Cultural, se amplificou e complexificou em período recente. Se em 2000 Teresa Caldeira localizava com precisão os *enclaves fortificados* em megalópoles como São Paulo e em 2008 Canclini já detectava que os *gadgets* “difundem com maior facilidade a informação e o entretenimento a todos os setores”, diminuindo assim a necessidade da rua e do equipamento cultural —, a experiência atual de viver em São Paulo nos aponta para um quadro repleto de ambivalências e incertezas.

São Paulo explicita suas fraturas no dia a dia. Cidade multifacetada, alterna-se entre diferentes desejos, que se constituem em políticas públicas diversas, não raro conflitantes. Às vezes, se enxerga apolínea, na marra, varrendo para as frestas o que tem de dionisiaca. Às vezes perde-se no meio da festa dionisiaca. Às vezes anseia a ordem, o controle, a pedra, a troca. Às vezes abraça a carne e o uso com tal intensidade que beira ao cansaço, visível em uma maciça e mediatizada reocupação de seus espaços públicos, especialmente em áreas centrais da cidade, como o Minhocão e o Largo da Batata, objetos que servem de delimitação geográfica para este trabalho. Mas sem que tal reocupação de fato abale a organização da cidade em enclaves, traço efetivo de São Paulo, essa *antichidade* (SANTOS, 2002) que Jaime Oliva (2014) considera a cidade-símbolo de uma *cultura anti-urbana*. A especulação imobiliária, aliada a um certo acomodamento entre as atividades públicas e privadas, tanto pode agir de modo explícito: demolindo *brechas*, como de modo sinuoso: domesticando-as, ou afastando-as para as *contra-brechas* da cidade.

3 Considerações finais

Nossa hipótese é que, na contemporaneidade hiperconectada, entendida em um contexto de fervilhante globalização e de acentuação dos usos da tecnologia em rede, os equipamentos culturais “tradicionais” e as políticas culturais “oficiais” perdem seu papel de referência em relação à dinâmica da cidade, que acaba recebendo intervenções mais inovadoras provenientes de iniciativas não institucionais. Exceções a esse modelo podem sinalizar outras práticas que se estabelecem, por exemplo, em direção a uma maior pluralidade e que tenham a liberdade de estabelecer políticas culturais mais inventivas e desvinculadas da

lógica exclusiva do lucro, como é o caso das ações culturais promovidas pela seção paulista do SESC (Serviço Social do Comércio), em especial a da unidade Pompeia, ou do Centro Cultural São Paulo — não por acaso, dois espaços que têm a *rua* como um elemento-chave de suas ações —, ou determinadas iniciativas de coletivos culturais que concorrem a financiamentos estatais sem que isso, necessariamente, signifique um adestramento a suas diretrizes, embora não impeça que deem início ao surgimento de outras — vindas desses novos independentes com força para discutir o mercado, o que não significa obrigatoriamente remediar suas injustiças ou incorrer em outras.

Nosso trabalho se volta aos formuladores, estudiosos e demais atores ou interessados pelas políticas culturais e pelas dinâmicas da cidade e faz um convite para que acompanhem como se dá essa tensão por meio das lentes da cultura. Se extensivo à participação da sociedade e marcado pela ideia de *dissenso* (RANCIÈRE, 2012), pode estar nesse diálogo ampliado entre ações institucionais e não institucionais uma chave para o redesenho da desigualdade da geografia cultural de cidades como São Paulo rumo a novas cartografias provisórias, que permitam a revelação de novas cidades dentro da cidade, mais justas e inventivas.

Por fim, cabe uma defesa da proposta de centralidade contida aqui. Acreditamos que tal defesa, em um período de preocupação com o fortalecimento das manifestações periféricas, verificável por causa de uma tendência à sua perseguição nos dias correntes — que se dá pela colocação em prática de discursos hegemônicos, pró-mercado e atenuadores ou mesmo exterminadores de diferenças —, é menos um esquecimento destas que, ao contrário, a crença de que não devem se restringir às periferias, enriquecendo a cidade como um todo e seus cidadãos em particular. Tal noção de centralidade propõe, não a fortificação do que é central a quem está no centro, mas, ao contrário, que a cultura esteja presente nas políticas todas (TEIXEIRA COELHO, 2007) e que o centro de uma cidade como São Paulo possa conter e estar contido em tudo o que se passa em seus raios que levam às periferias, num movimento que é ao mesmo tempo centro-periferia e periferia-centro (LEFEBVRE, 2001).

Esse desejo de se olhar para a região central de São Paulo explica-se, portanto, tanto pela busca do que há de periférico e de não hegemônico no centro, como, na hipótese de uma radicalização de esforços de higienização e de esvaziamento das manifestações culturais das periferias, mais acentuados conforme forem as intenções da gestão municipal da vez, contrapontos insurgentes irão se fazer cada vez mais visíveis justamente nas regiões mais centrais, e controladas, da cidade.

Referências

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

_____. **Redes sociais, internet e cultura digital**. Palestra de abertura do ciclo Produção, distribuição e consumo cultural: a indústria cultural no século XXI. São Paulo, Escola da Cidade, 10 set. 2010.

FURTADO, C. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. São Paulo: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

OLIVA, J. Exópolis (ou Metapolis, ou Megacidades, etc.) — futuro urbano, ou futuro da cultura anti-urbana: as novas escalas do urbano. São Paulo: IEB/USP, 2014.

RANCIÈRE, J. **O espectador emancipado**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento**. São Paulo: Iluminuras, 2009, cap. VIII, pp. 389-411.

SANTOS, L. G. São Paulo não é mais uma cidade. In: PALLAMIN, V. M. (org.). **Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, p. 111-118.

SENNETT, R. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2010.

TEIXEIRA COELHO, J. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 2012.

_____. Política cultural em nova chave: indicadores qualitativos da ação cultural. In: **Revista Observatório Itaú Cultural/OIC** n. 3 (set./dez. 2007). São Paulo: Itaú Cultural, 2007, p. 9-21.
Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wpcontent/uploads/itau_pdf/000567.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2017.

TOFFLER, A. **A terceira onda: a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VERANO, P. N. **Por uma política cultural que dialogue com a cidade: o caso do encontro entre o MASP e o graffiti (2008-2011)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo, 2013. 229 p.

Sobre os autores

Paulo Nascimento Verano é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), por onde obteve seu Mestrado em 2013, também com orientação da Prof.^a Dr.^a Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira. É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mails: paulo.verano@usp.br e paulonverano@uol.com.br.

Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira é docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e no Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes e do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. É autora, entre outros, de *Corpos indisciplinados: ação cultural em tempos de biopolítica* e do filme *Dinâmicas, flutuações e pontos cegos*. E-mail: mbol.lucia@gmail.com.